

## Amianto, o inimigo fatal do teto ao lado

Anelise Sanchez



*Vítimas italianas e seus parentes esperam que o maior processo trabalhista contra a Eternit na Europa seja capaz de fazer justiça às mortes causadas pela fibra assassina.*

Roma - No eterno contraste entre capitalismo selvagem e bem-estar social, entre crescimento exasperado e consumo sustentável ou entre degradação ambiental e saúde pública, o único vencedor é o poder econômico. Sobretudo nos países pobres ou em desenvolvimento, não é raro que o neoliberalismo desenfreado acabe legitimando graves danos ao ser humano e ao meio ambiente.

Nos últimos anos, o crescimento dos crimes ambientais corporativos, cometidos em vários continentes, demonstram que os interesses do setor privado e suas práticas de lobby são capazes de influenciar as políticas públicas ainda brandas de proteção do bem-estar comum.

Um caso emblemático de supremacia econômica sobre a saúde pública é o do amianto, um mineral de comprovado potencial cancerígeno também conhecido como "a fibra assassina".

Na Europa, a produção do amianto cresceu exponencialmente durante o período pós-guerra, mas quando os Estados Unidos limitaram o seu uso e os países do velho continente iniciaram inúmeras campanhas em favor de sua erradicação, os maiores produtores do ramo inauguravam fábricas em diversas outras partes do mundo.

Não é raro que o deslocamento geográfico de empresas coincida com a preferência por países caracterizados pela mão de obra barata, por incentivos fiscais, legislações trabalhistas menos articuladas e tímidos movimentos sindicais.

Com o amianto a história se repete. O material parecia ser um grande aliado do desenvolvimento dos países do terceiro mundo, principalmente daqueles que apostavam no crescimento do ramo da construção civil. Leve, barato, resistente à água e facilmente transportável, poderia ter sido o parceiro ideal de momentos históricos de euforia econômica, como aquele dos 50 anos em 5. O único inconveniente é que se trata de um produto fatal para a saúde humana e, por isso, foi abolido por mais de 40 países. A Itália proibiu o uso do mineral em 1992, mas já em 1943 outras nações europeias como a Alemanha haviam reconhecido o potencial cancerígeno do amianto.

Diversos estudos científicos nacionais e internacionais demonstraram que o amianto, inclusive a crisotila, ou amianto branco, é um inimigo lento e silencioso, capaz de causar doenças com longo período de latência, como a fibrose pulmonar, o câncer de pulmão e o mesotelioma de pleura, causado pela inalação do amianto no meio ambiente.

Agressivas e incuráveis, essas doenças podem se manifestar até 50 anos após o primeiro contato com o amianto, mas, apesar disso, em 2008 o Instituto Brasileiro do Crisotila (IBC) patrocinava a campanha publicitária cujo slogan era "Amianto crisotila a fibra mineral que faz o Brasil crescer", mais tarde suspensa pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

## **PRODUÇÃO NO BRASIL**

Segundo os dados divulgados pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), o Brasil é um dos cinco maiores consumidores e fabricantes de amianto do mundo, com produção anual média de 250.000 toneladas. O material é empregado em mais de 3 mil produtos, como o fibrocimento (típico de telhas e caixas-d'água) pastilhas e lonas para freios e, apesar de seus efeitos catastróficos, sua alta rentabilidade atraiu, inclusive, países "ecologistas".

O Canadá, por exemplo, exporta 98% de sua produção de amianto para os países do terceiro mundo e, no Brasil, a Eternit declarou que, somente no terceiro trimestre de 2009, o seu lucro totalizou R\$ 17,004 milhões e que a venda de produtos acabados alcançou 207,2 mil toneladas, aumento de 16,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre os países europeus, a Itália é uma das nações onde a sociedade continua pagando a conta provocada pelos males do amianto. O país proibiu o uso da fibra cancerígena em 1992, mas com o passar dos anos a curva que indica o número de mortes nacionais causadas pelo material é cada vez maior.

Em dezembro, o tribunal de Turim iniciou o julgamento do maior processo trabalhista europeu, uma ação coletiva movida por quase 3 mil partes civis contra os ex-proprietários da multinacional belgo-suíça Eternit.

O magnata suíço Stephan Schmidheiny e o belga Jean Louis de Cartier são acusados de desastre ambiental doloso e omissão no fornecimento de um sistema de proteção adequado aos trabalhadores expostos à fibra do amianto.

A maioria das vítimas italianas são de Casale Monferrato, na província de Alessandria, mas a Eternit era detentora de outras três fábricas em território italiano: a ex Icar, em Rubiera, e outras duas em Bagnoli (Nápoles) e Cavagnolo (Turim).

Ainda hoje a empresa possui saúde econômica de ferro, mas a imprudência do lobby do amianto gerou, até hoje, cerca de 120 mil mortes ao ano.

Até 1992, a Itália utilizou 3,7 milhões de toneladas do mineral assassino na composição de mais de 3 mil produtos e, anualmente, o país registra cerca de 3 mil novas mortes por asbestose, a doença pulmonar crônica provocada pela inalação de fibra de amianto.

Em Casale Monferrato, cidade de 32 mil habitantes, distante 70 quilômetros de Turim, foram registrados mais de 1500 casos de asbestose, câncer pulmonar e mesotelioma.

Se até agora as estatísticas divulgadas pela comunidade científica são alarmantes, tudo indica que, em um futuro próximo, a asbestose provocará mais vítimas do que aquelas causadas pelo tabaco. As previsões sustentam que o maior número de mortes por amianto acontecerá por volta de 2018, com 100 mil novos casos italianos.

## **TIPO DE VÍTIMA**

Bruno Pesce, coordenador da Associação dos Familiares das Vítimas do Amianto, comenta que outrora a Eternit empregou mais de 2 mil habitantes de Casale Monferrato e que, na época, trabalhar para a multinacional, assim como para outras indústrias da região, era como tirar a sorte grande, uma chance de estabilidade profissional.

"A fábrica situada em Casal Monferrato encerrou suas atividades em 1986, mas desde 1953 a asbestose já era reconhecida como uma doença profissional", explica.

Em 2008, dos 27.539 casos de doenças profissionais denunciados ao Istituto Nazionale per L'assicurazione Contro Gli Infortuni Sul Lavoro (INAIL), 2 mil estavam relacionados a tumores causados pelo amianto.

Apesar do INAIL prever indenização às vítimas de doenças ocupacionais, como a exposição ao amianto, um dos maiores impasses causados pela fibra assassina é o flagelo de centenas de pessoas que nunca trabalharam para a Eternit, mas indiretamente acabaram contraindo a asbestose.

Segundo os juízes da procuradoria de Turim, em Casale Monferrato, a Eternit vendia a preços simbólicos seus descartes de produção para entidades públicas e privadas que utilizam o amianto para pavimentar ruas e isolar tetos, por exemplo. Isso significa que, provavelmente, mesmo sem nunca ter entrado na Eternit, o número de habitantes expostos à fibra killer é incalculável. "No caso da atual ação coletiva que deu origem ao processo trabalhista contra a Eternit, conseguimos contatar cerca de 50 pessoas com asbestose ou familiares das vítimas para convencê-las a apresentar-se como parte civil em Turim", comenta Orianno Lazaretti, responsável pelo departamento de prevenção e tutela do sindicato CGIL da região Reggio Emilia. "O problema é que muitos ex-funcionários da Eternit transferiram-se para outras cidades e não sabemos se foram informadas sobre os riscos do amianto", completa.

Em 2007, o governo liderado pelo ex-premiê, Romano Prodi, criou um fundo nacional para as vítimas do amianto, cerca de 30 milhões de euros que ainda não chegaram aos trabalhadores contaminados em razão de um impasse legislativo: a falta de um regulamento que defina os critérios de acesso a tal fundo.

As vítimas e seus familiares aguardam ansiosamente o desfecho dessa situação, mas mesmo na hipótese de uma decisão favorável, o fundo não seria destinado a cidadãos comuns afetados pelo amianto, mas somente àqueles que obtiveram do INAIL o reconhecimento de uma doença profissional.

"Por esse motivo, o ideal também seria adotar a lógica da contaminação ambiental, comprovada, por exemplo, por um departamento de oncologia, e não exclusivamente aquela do amianto como doença profissional", considera Bruno Pesce.

## **NOVOS CASOS**

Se na Itália a tutela às vítimas do amianto e seus familiares ainda é incerta, na França o fundo criado em 2000 para o ressarcimento de mênfeliomas, tumores pulmonares, asbestose e placas plêuricas é de 550 milhões de euros. Segundo a Agence française de sécurité sanitaire de l'environnement et du travail (Afsset), o amianto é responsável por cerca de 20% dos casos de câncer pulmonar em território francês e, até 2005, provocará mais de 100 mil mortes.

Enquanto isso, em cidades italianas como Casale Monferrato e Rubiera, o amianto continua a gerar pânico e muitos de seus habitantes definem-se como verdadeiras bombas-relógio.

O caso de Romana Blasotti Pavese, por exemplo, é emblemático. Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas do Amianto, Romana, 80 anos, perdeu o marido, a irmã, a prima e a sobrinha. E quando o amianto parecia ter lhe roubado tudo, acabou perdendo a própria filha, em 2004.

Assim como ela, todas as segundas-feiras, dia de audiência, os habitantes de Casale Monferrato lotam os oito ônibus que partem bem cedinho para chegar até o tribunal de Turim.

Nas salas do tribunal, a cada semana são ouvidas diversas testemunhas, como Giuliana Busto, que perdeu o irmão de 33 anos, um esportista que nunca prestou serviços para a Eternit, Carlo Lidl, cuja esposa morreu por causa de um mesotelioma plêurico, ou Nicola Pondrano, que perdeu mais de 50 amigos por culpa do amianto. No total, os advogados de defesa das vítimas do amianto convocaram 3 mil testemunhas e muitas delas repetem que no final de uma jornada de trabalho na multinacional, os clássicos macacões azuis dos operários da fábrica Eternit ficavam recobertos de pó branco.

O processo trabalhista coletivo contra a Eternit na Itália está concentrado em um dossiê de 220 mil páginas e espera fazer justiça a mais de 3 mil mortos. O pedido de ressarcimento das vítimas é de 5 bilhões de euros, mas ainda é cedo para prever qualquer resultado sobre o julgamento.

Até agora, os dois acusados por negligência, Jean Louis de Cartier e Stephan Schmidheiny que, ironia do destino, é o fundador da associação Avina para o desenvolvimento sustentável na América Latina não compareceram às audiências designadas pelo tribunal de Turim.

Contudo, como explica Bruno Pesce, a tese de defesa adotada por seus advogados sustenta, entre outras objeções, que no passado não existiam evidências científicas suficientes que demonstrassem os riscos do amianto. Alguns acreditam, por exemplo, que o crisotilo puro, o tipo mais comum do mineral amianto, seja incapaz de provocar o mesotelioma pleurico, mas na verdade o crisotilo quimicamente puro não existe in natura e é sempre contaminado por substâncias como íons de ferro que desencadeiam suas propriedades patógenas.

O objetivo dos defensores é demonstrar que, antes que a lei contra o amianto tivesse sido adotada na Itália, em 1992, o crime não existia.

A defesa dos acusados também pede que os operários que obtiveram ressarcimento da Eternit, quando o ramo italiano da fábrica havia declarado falência, e aqueles que já receberam algum tipo de indenização por mesotelioma plêurico sejam excluídos do processo. Além disso, o advogado de De Cartier é contrário ao fato que o INPS italiano, que alega ter sofrido um grande dano patrimonial, seja admitido como parte civil no mesmo processo.

Como acontece em qualquer batalha legal, os fins justificam os meios e por isso a Etex Group, multinacional comandada por Cartier, se opõe às partes civis que trabalharam na Eternit, mas não durante o período belga. A mesma posição foi adotada pelo advogado de Stephan Schmidheiny em relação ao período suíço.

## **SENTENÇA EXEMPLAR**

Apesar das inúmeras polêmicas que circundam o caso Eternit na Itália, na opinião de Bruno Pesce, "o importante é que a sentença seja justa e sirva de exemplo para os países que ainda não aboliram definitivamente o uso do amianto".

No caso do Brasil, segundo a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea); até o momento, essa proibição foi aprovada e mantida somente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Isso porque as normativas de São Paulo e Mato Grosso do Sul foram anuladas por decisão do Supremo Tribunal Federal em 2003.

Vale lembrar que algumas localidades do território nacional ainda são altamente expostas à fibra assassina, como Bom Jesus da Serra, na Bahia, ex-sede da SAMA, a primeira empresa mineradora de amianto de porte no país, e Minaçu, em Goiás. Uma reponsabilidade moral e econômica diante da qual nenhum governo deveria fechar os olhos.

**Fonte: Caros Amigos, São Paulo, ano 15, n. 158, p. 38-39, maio 2010.**